



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Comissão de Legislação Participativa

APENSADOS

AUTOR:

ASSOCIAÇÃO EDUARDO BANKS

DATA DE ENTREGA

05/11/2009

EMENTA:

Sugere Projeto de Lei para alterar o artigo 20 da Lei n. 9.610/1998, que disciplina o Registro de Obras Intelectuais, com o objetivo de tornar gratuitos os serviços de registro previstos nesse diploma legal.

DISTRIBUIÇÃO/REDISTRIBUIÇÃO/VISTA

A(o) Sr(a). Deputado(a): Leandro Bolela

Em: ____/____/____

Presidente: _____

A(o) Sr(a). Deputado(a): _____

Em: ____/____/____

Presidente: _____

A(o) Sr(a). Deputado(a): _____

Em: ____/____/____

Presidente: _____

A(o) Sr(a). Deputado(a): _____

Em: ____/____/____

Presidente: _____

A(o) Sr(a). Deputado(a): _____

Em: ____/____/____

Presidente: _____

PARECER:

DATA DE SAÍDA



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA

SUG Nº 181/2009
CADASTRO DA ENTIDADE

Denominação: Associação Eduardo Banks

CNPJ: 09.296.442/0001-00

Tipos de Entidades: ☒ Associação () Federação () Sindicato
() ONG () Outros ()

Endereço: Rua Agenor Moreira n. 62 (casa) - Andaraí

Cidade: Rio de Janeiro **Estado:** RJ **CEP:** 20541-130

Tel.: (21) 2234-9449 **Fax.:** (21) 2234-9449

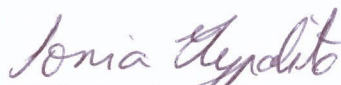
Correio-eletrônico: banksianismo@ig.com.br

Responsável: Waldemar Annuniação Borges de Medeiros

DECLARAÇÃO

Declaro para os devidos fins que a documentação especificada nos Incisos "I", "II" e "III" do art. 2º do Regulamento Interno da Comissão de Legislação Participativa, da entidade supramencionada, encontra-se regularizada até a presente data e arquivada nesta Comissão à disposição de qualquer interessado.

Brasília - DF, 05 de novembro de 2009.


Sônia Hypólito
Secretária

SUGESTÃO DE PROJETO DE LEI Nº _____, DE 2009
(DA ASSOCIAÇÃO EDUARDO BANKS – CNPJ 09.296.442/0001-00)

Altera a redação do artigo 20 da Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998, e dá outras providências.

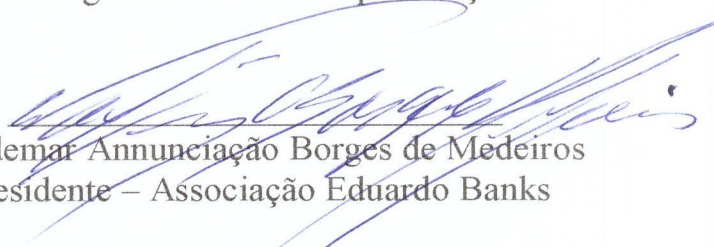
O CONGRESSO NACIONAL Decreta:

Art. 1º O art. 20, da Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 20. O registro da obra intelectual e seu respectivo traslado serão gratuitos.” (NR)

“Parágrafo único. Constitui o delito do art. 316, §1º do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal) a exigência ou cobrança de qualquer retribuição para os serviços de registro previstos nesta Lei.” (AC)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.


Waldemar Annuniação Borges de Medeiros
Presidente – Associação Eduardo Banks

JUSTIFICATIVA

Até a entrada em vigor da atual Lei de Direitos Autorais (Lei nº 9.610/98), a matéria era regida pela Lei nº 5.988/73, que em seu art. 19, estatuiu a Gratuidade do registro, nos seguintes termos:

“Art. 19. O registro da obra intelectual e seu respectivo traslado serão **gratuitos**.”

Ocorre que a atual Lei de Direitos Autorais, que revogou expressamente a Lei nº 5.988/73, inverteu essa disciplina, criando uma

cobrança por um serviço até então gratuito, conforme o seu art. 20, desde já apontado como inconstitucional, *in verbis*:

*“Art. 20. para os serviços de registro previstos nesta Lei **será cobrada RETRIBUIÇÃO**, cujo valor e processo de recolhimento serão estabelecidos por ato do titular do órgão da administração pública federal a que estiver vinculado o registro das obras intelectuais.”*

Portanto, a nova Lei de Direitos Autorais instituiu a cobrança de uma “retribuição” pelo serviço de registro de Direitos Autorais, e determinou que o órgão da Administração pública federal edite as normas para regular seu valor e processo de recolhimento.

Ora, é nítido o abuso, pois os Direitos Autorais têm sede constitucional, no art. 5º, incisos IV, IX e XXVII de nossa *Lex fundamentalis*, e nenhum deles autoriza que se cobre “retribuição” dos autores de obras intelectuais como condição para o respectivo registro das mesmas.

Outra inconstitucionalidade maior paira sobre o artigo 20 da Lei nº. 9.610/98:

Essa “retribuição”, instituída pelo artigo 20 da Lei de Direitos Autorais, **viola o artigo 150, inciso III, alínea b da Constituição Federal, porque começou a ser cobrada no mesmo exercício financeiro em que foi publicada a lei que a instituiu.**

Deveras, segundo o artigo 114 da Lei nº. 9.610/98, toda a Lei de Direitos Autorais entrou em vigor no prazo de 120 (cento e vinte) dias da data de sua publicação.

Ora, a Lei de Direitos Autorais foi publicada no Diário Oficial da União do dia **20 de fevereiro de 1998**, entrando em vigor no mesmo exercício financeiro de sua publicação, no dia **20 de junho de 1998**.

Daí temos o flagrante abuso; o legislador infringiu as limitações ao poder de tributar previstas na Constituição Federal, e começou a exigir dos autores de obras intelectuais (inclusive o Apelante) o pagamento de

um tributo, nominado “retribuição”, no mesmo exercício financeiro (ano de 1998) em que foi publicada a lei que o instituiu.

Por esse motivo, espera e confia seja removida do ordenamento essa “retribuição” inconstitucional prevista no artigo 20 da Lei nº. 9.610/98, em virtude de afronta ao artigo 150, inciso III, alínea *b* da Constituição Federal.

Pior ainda quando se trata de autor hipossuficiente financeiro, pois o art. 20 da Lei nº 9.610/98 não explicita nenhuma norma que autorize a gratuidade do registro quando o interessado não possa recolher a “retribuição” sem prejuízo do próprio sustento e de seus familiares; é preciso recorrer a uma construção para positivar, à luz da Carta Magna, que essa isenção ou gratuidade pode ser concedida, mas é preciso argüir a inconstitucionalidade do referenciado dispositivo da Lei de Direitos Autorais.

Segundo argumentação expendida pelo douto jurista e advogado SAULO NUNES, OAB-RJ 136.120, no Mandado de Segurança nº 2007.51.01.009774-4, em curso na Justiça Federal do Rio de Janeiro, “*O ordenamento jurídico privilegia a Gratuidade dos atos registrais quando o requerente é pobre e não pode pagar; para isso, existe Justiça Gratuita, nos feitos judiciais e administrativos, e Gratuidade dos registros públicos, como emissão de Certidão de Nascimento e de Óbito*”.

Mais adiante, prossegue o eminente advogado brasiliense:

“A Certidão de Registro de Direitos Autorais é, indubitavelmente, necessária ao exercício pleno da cidadania, pois somente de posse dessas Certidões, o Impetrante poderá ser presumido autor de suas próprias obras. Caso o Impetrante venha a ser, no futuro, vítima de uma contrafação (pirataria), precisará da Certidão para instruir a ação penal, visto que o art. 526 do Código de Processo Penal exige “a prova de direito à ação”, como condição para o recebimento de queixa-crime ou a ordenação de qualquer diligência, como, por exemplo, a

apreensão de CD's piratas ou contrabandeados.

“A rigor, qualquer ato cartorial pode ser efetivado gratuitamente aos necessitados, quando requisitado pela Defensoria Pública; ora, por que somente a Autoridade Coatora exigiria a cobrança de “retribuição” dos carentes de recursos, quando os demais Cartórios deixam de perceber os valores de selos, taxas e emolumentos quando o requerente é hipossuficiente financeiro?”

E assim perora, com estilo magistral:

“Cobrar “retribuição”, quando porventura devida, deve sê-lo das grandes gravadoras, pessoas jurídicas que enriquecem de maneira imoral, privando os músicos da justa remuneração por seu trabalho intelectual, ao pagar-lhes frações irrisórias dos Direitos Autorais a que fazem jus. Nunca poderia ser cobrada de quem não dispõe dos mínimos recursos para subsistir, e que se veria privado de seu sustento e de seus familiares se depositasse “retribuição” para cada nova partitura que produza.”

Postas estas considerações, muito oportunas, o presente Projeto de Lei pretende restaurar a gratuidade absoluta dos serviços de registro de Direitos Autorais, mediante a alteração do art. 20 da Lei nº 9.610/98, eliminando a mercantilização que se instaurou, deploravelmente, nos Escritórios de Direitos Autorais, desde a entrada em vigor da nova Lei de Regência.

E, como ainda antes da sua entrada em vigor, alguns desses Escritórios fizessem exigências ilegais de pagamento de “retribuições”, achou-se por bem acrescentar um parágrafo único, que tipifica como crime de

excesso de exação a cobrança de qualquer “retribuição” pelo registro de Direitos Autorais.

Ocupemo-nos, sim, ó ilustres Deputados, com a elevada iniciativa expressa com o presente Projeto de Lei, cuja aprovação se espera, com o vero sentimento de contribuir para a maior liberdade de produção intelectual no Brasil.



Rio de Janeiro, 28 de Outubro de 2009

Exmº Senhor
Deputado Federal **Waldir Maranhão** (PP/MA)
Presidente da Comissão de Legislação Participativa
Câmara dos Deputados

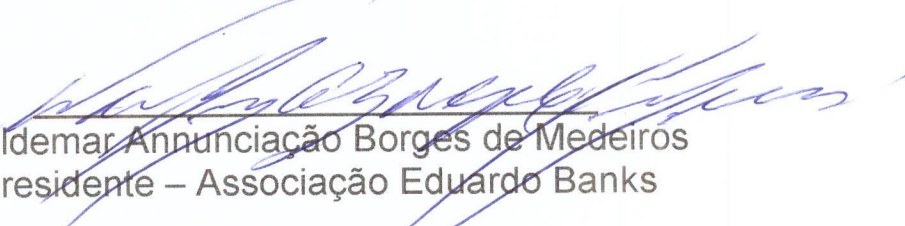
Dirijo-me a V. Exa. para encaminhar, a título de sugestão de iniciativa legislativa, texto elaborado pela **ASSOCIAÇÃO EDUARDO BANKS** (CNPJ 09.296.442/0001-00) que *Altera a redação do artigo 20 da Lei nº. 9.610, de 19 de fevereiro de 1998 (Lei de Direitos Autorais), e dá outras providências.*

O Projeto pretende restabelecer a gratuidade do registro de obras intelectuais e respectivo traslado previstos no artigo 17 e seus §§ 1º e 2º da Lei nº. 5.988/73.

Outrossim, por oportuno esclarece a V. Exª. que o artigo 3º., inciso V do Estatuto Social da Associação Eduardo Banks (registrado no RCPJ/RJ sob o número de matrícula 227.020 em 26 de Dezembro de 2007) confere ao Presidente o poder de apresentar sugestões legislativas à CLP sem ouvir a Assembléia Geral, dentre outras matérias que ficam reservadas à discricionariedade do Chefe Máximo da Entidade, razão pela qual se deixa de apresentar a ata a que alude o inciso III do artigo 2º do Regulamento Interno desta Comissão Permanente.

Colocamos nossa entidade à disposição desse Colegiado para o debate do assunto.

Atenciosamente,


Waldemar Annuniação Borges de Medeiros
Presidente – Associação Eduardo Banks